

CPI põe corporativismo em xeque



Mesmo revelando seu lado inédito de transparência, ao lavar a roupa suja ao vivo, diante das câmeras de tevê e microfones de rádio, o Congresso Nacional ainda é alvo de desconfiança da opinião pública.

O fato de as irregularidades no Orçamento terem sido nos últimos anos um verdadeiro "segredo de Polichinelo", constrange até os que estão se destacando nas investigações sobre o esquema de corrupção no Orçamento. Há, porém, uma dificuldade adicional: alguns dos parlamentares com atuação mais expressiva nas últimas legislaturas estão, agora, no banco dos réus. "A verdade é que nada é mais difícil do que investigar companheiros", reconhece o relator da CPI do Orçamento, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE).

Ser parlamentar não basta, é preciso participar. Ainda que sob críticas dos próprios colegas, que atribuem este tipo de ação em sua maioria à disputa por holofotes. "Aqui temos corrupção, mas temos também pessoas corajosas, que enfrentam os problemas e querem pôr tudo a limpo", garante o senador José Paulo Bisol (PSB-RS), coordenador da Subcomissão de Patrimônio, da CPI do Orçamento. Ele admite que a CPI possa ter defeitos congênitos, dificultando o seu trabalho, como o de ser um organismo investigativo colegiado e o de estar ligado à imprensa. No entanto, ob-

serva, na Itália ocorre o mesmo com a operação "Mãos Limpas", conduzida por procuradores e juízes de instrução, assediados intensamente pelos jornalistas. "Só que lá eles têm o cuidado de realizar os contatos com a mídia, depois de elaborada a prova", afirma.

Segundo Bisol, os defeitos da CPI não justificam esse tipo de crítica. O vice-presidente da comissão, deputado Odacir Klein (PMDB-RS) (foto) complementa os argumentos do senador, ao ressaltar que apesar das críticas recebidas, a CPI trabalha com grande transparência. "Não convive com fugas constantes e nem é morosa como a Justiça brasileira", salienta.

Tanto Klein, quanto Bisol, não descartam, no entanto, a possibilidade de que grande parte das comissões parlamentares de inquérito teve resultados desvirtuados em função de interesses partidários. Foi o que ocorreu, por exemplo, com a CPI da Vasp.

Por tradição, no Congresso, os partidos majoritários indicam o maior número de participantes, além de ficarem com postos chaves, como a presidência e relatoria. Isto permite que pessoas suspeitas ligadas aos grandes partidos sejam investigadas por seus pares. A prática estabelece os acordos políticos, segundo os interesses de seus caciques, especialmente os governadores. Durante a CPI da Vasp foi um acerto entre o PMDB e o ex-PDS (PPR), que deu a Orestes Quérquia a oportunidade de permanecer com sua vida bancária e fiscal em sigilo.